

## CONFIRA A GALERIA DE IMAGENS DA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

Página 2 e 3

### LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

## Após vitória contra MP 868, Senado reage e aprova em regime de urgência projeto do senador privatista Tasso. A luta agora é pela não aprovação na Câmara dos Deputados.

O Senado aprovou no dia 6/6, em regime de urgência e sem qualquer possibilidade de debate com a sociedade, o Projeto de Lei 3.261/2019 do senador privatista Tasso Jereissati (PSDB-CE) que pretende entregar o setor de saneamento ao mercado privado. A votação do Projeto de Lei aconteceu numa velocidade espantosa, poucos dias após a vitória dos trabalhadores(as) e entidades do saneamento (entre elas o Sindiagua) que, com pressão popular e apoio de lideranças políticas, haviam conseguido impedir a votação da Medida Provisória 868/2018 até o prazo final (03/06). O PL foi apresentado para substituir a MP, que havia perdido a validade ao não ser votada. Durante a votação, vários senadores chegaram a pedir adiamento da pauta, alegando que não tiveram qualquer tempo para analisar o teor do projeto.

“Todos sabemos que Tasso tem uma verdadeira obsessão pela privatização do setor de saneamento. Quando governador, tentou por diversas vezes



privatizar a Cagece, e foi derrotado pela luta do Sindiagua, dos trabalhadores e da sociedade. Ele foi relator da MP 868 e sofreu outra derrota. E agora agiu em aliança com o Governo Bolsonaro para aprovar seu projeto perverso de entregar a água a grupos privados que vão colocar o lucro acima do interesse da sociedade”, critica Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

O PL 3.261/2019 segue agora para a Câmara dos Deputados e a pressão da categoria junto com a sociedade é de suma importância. Vale lembrar que a mobilização popular já foi vitoriosa duas vezes, recentemente quando impediu que os(as) deputados(as) federais votassem a MP 868 e a MP 844, ambas de igual teor, editadas ano

passado. O Sindiagua vai seguir firme na luta contra toda a forma de privatização, como sempre fez ao longo de seus 36 anos de história! O apoio e unidade da categoria é fundamental! Água é direito de todos(as) e não mercadoria! Sindiagua e trabalhadores(as) na luta!

### Mobilizações têm sido importantes. E dia 14/06 é greve geral! PARTICIPE!



Foram várias iniciativas tomadas pelo Sindicato nas últimas semanas, em conjunto com os trabalhadores(as) e com apoio de várias lideranças políticas e sindicais, na luta contra a privatização da água. Essas mobilizações impediram a votação da MP 868. Podemos destacar a presença da entidade em mobilizações de rua (1º de Maio, atos em Defesa da Educação e ato realizado na Praça do Vaqueiro); no aeroporto de Fortaleza, pressionando os deputados que embarcavam de madrugada para a Brasília; no próprio Congresso Nacional; e a sessão especial na Assembleia Legislativa do Ceará (quando Sindiagua e Dieese lançaram um estudo técnico contestando a MP 868). Todos momentos importantes, assim como têm sido fundamentais a campanha de mídia patrocinada pelo Sindiagua (com peças publicitárias veiculadas nas principais rádios comerciais do Estado e nas redes sociais) e a inclusão do assunto nas pautas jornalísticas dos principais grupos de comunicação.

O próximo ato de rua será a greve geral do dia 14 de junho e o Sindiagua estará presente mais uma vez! A entidade disponibilizará ônibus em locais de trabalho e convocará a reunião do conselho de representantes para a véspera. Contamos com a forte presença da categoria! "Vamos seguir enfrentando os retrocessos e as ameaças de desmonte do saneamento!" reforça Jadson Sarto. A entidade divulgará em suas redes sociais a programação do ato.

# A LUTA DO SINDIAGUA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO VEM DE LONGE. CONFIRA UM RESUMO DO QUE JÁ FOI FEITO:

Ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, o Sindiagua e os trabalhadores(as) venceram uma intensa luta contra a privatização da água, patrocinada pelo então governador Tasso



Em 2016, o Sindiagua conseguiu que o Prefeito Roberto Cláudio assinasse um termo de compromisso se opondo a toda forma de privatização da água.



Em 2017, com a notícia de que a Cagece dava início ao estudo de uma grande privatização disfarçada de PPP, o Sindiagua conseguiu que fosse realizada uma audiência pública conjunta da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Fortaleza. A entidade trouxe o pesquisador argentino José Esteban para expor os efeitos danosos das privatizações e PPPs do mundo.



Ao longo dos anos, as campanhas salariais e Contraecs deram ênfase à luta contra a privatização



Em 2017 e 2018, o Sindiagua foi ao encontro do Governador em eventos públicos cobrar explicações sobre a privatização da água disfarçada de PPP.



**DIÁRIO ESPECIALISTA**  
**Tarifa de água mais cara é risco de PPP da Cagece**



ELIOMAR DE LIMA

**SINDIAGUA: NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA CAGECE**

A jornalista do governador do Ceará em 2017, a jornalista Elomara de Lima, foi entrevistada por um repórter do Sindiagua em um momento de uma transmissão ao vivo. Ela estava em um estúdio de televisão, e o repórter estava segurando um microfone para ela. Ela estava falando sobre a privatização da água e o risco de PPPs.

Por diversas vezes, a direção do Sindiagua conseguiu pautar a imprensa local sobre os riscos da privatização da água.

O Sindiagua participou de greves gerais e atos de protesto ao longo dos anos, sempre levantando a bandeira da defesa do saneamento público



O Sindiagua foi uma das entidades que coordenou a edição estadual preparatória do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA)



A entidade foi à Brasília para conseguir, juntamente com outros movimentos sindicais, barrar a aprovação da MP 844

## IMAGENS DA MOBILIZAÇÃO CONTRA A MP 868



Participação no 1º de Maio



Ato no auditório da Cagece (13/05)



Ato no auditório da Cagece (13/05)



Participação no 1º Dia Nacional em Defesa da Educação (15/05)



2º Dia Nacional em Defesa da Educação (30/05)



De madrugada, no Aeroporto, pressionando deputados e prefeitos que embarcavam para Brasília



Ato na Praça do Vaqueiro (21/05)



Ato na Praça do Vaqueiro, onde o Sindiagua recebeu apoio do Presidente do PSB-CE, Odorico Monteiro, e dos deputados Elmano e Augusta Brito (21/05)



Sessão especial no plenário da Assembleia Legislativa do Ceará (24/05)



Sessão especial no plenário da Assembleia Legislativa, onde o Sindiagua recebeu apoio dos deputados Elmano, Acrísio Sena, Augusta Brito, Renato Roseno e da Vereadora Larissa Gaspar (24/05)



Ida de diretores do Sindiagua à Brasília, onde participaram com destaque de audiência pública na Câmara dos Deputados e conversaram com deputados(as)



Panfletagem no Centro de Fortaleza (05/06)



## ENTENDA DE QUE FORMA A AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA CONTINUA, APÓS DERRUBADA DA MP 868

É preciso ficar atento à sede privatista. Várias iniciativas tramitam no Congresso Nacional em favor da privatização da água. Além do PL 3.261/2019 de autoria do senador Tasso Jereissati, apresentado poucos dias após vencer o prazo da MP 868, há pelo menos outras três iniciativas tramitando na Câmara dos Deputados que têm teor igual ou semelhante: o Projeto de Lei (PL) 3235/19 do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), o PL 3189/19 do deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e o PL 10996/18 do deputado Hildo Rocha (MDB-MA). No entanto, a proposta de Tasso é a bola da vez, já que passou em votação simbólica pelo Senado, no dia 06/06. Segundo notícia veiculada no UOL, o projeto do senador tucano é parte de um acordo do Governo Bolsonaro com o PSDB para tentar diminuir o prejuízo pela derrubada da MP 868.

O objetivo é alterar o marco legal do saneamento, interferindo na titularidade do serviço de água e esgoto que, por lei, pertence aos municípios. A intenção é proibir que as prefeituras possam celebrar ou prorrogar contratos de programa com os governos estaduais, o que pode destruir as companhias estaduais de saneamento e comprometer toda a gama de projetos e investimentos previstos para o setor. Com a proibição, praticamente será imposto às prefeituras contratar empresas privadas por licitação para assumir o saneamento. Será um desmonte do setor de saneamento, colocando em risco o mecanismo solidário do subsídio cruzado que permite que a arrecadação com as tarifas nas grandes cidades garanta os recursos necessários para investimentos nas cidades mais pobres.

A MP também previa a possibilidade de privatização das companhi-

as estaduais, sendo imposta com o falso argumento de ajudar financeiramente os Estados.

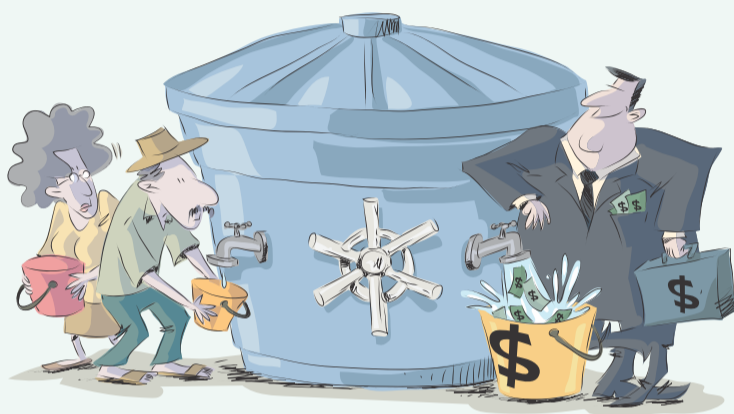
### PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA DISFARÇADA DE PPP

Não podemos esquecer da luta no plano mais local. Há pelo menos dois anos está em curso no Governo do Estado o estudo de uma grande Parceria Público Privada (PPP) que pode entregar a operação e manutenção da água e esgoto das regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri para a iniciativa privada. O Sindiagua tem se posicionado contra a medida e cobrado há tempos da Cagece informações sobre o projeto, sem respostas da empresa. Em reportagem do jornal O Povo veiculada no dia 4/06, o presidente da Cagece, Neuri

Freitas, afirma que “a ideia é concluir (o estudo) no segundo semestre de 2019 e já a licitação para a PPP”. Segundo o presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, “dependendo de sua configuração, a PPP é também uma forma de privatização. Pois pode reduzir muito o tamanho da Cagece e da participação do Estado no setor, o que é um grande risco, e gerar os mesmos efeitos de uma privatização

convencional, como aumentos de tarifas e da desigualdade no acesso à água e esgoto”. A direção do Sindiagua entende que se uma PPP deixa nas mãos de uma empresa privada o saneamento das principais regiões metropolitanas, ela está seguindo lógica semelhante da MP 868 e do Projeto de Lei do Tasso Jereissati, que coloca em risco o mecanismo do subsídio cruzado.

Vale lembrar que o estudo da PPP nasceu dentro do Programa Nacional de Privatização do Governo Temer, financiado pelo BNDES, e hoje capitaneado pelo Governo Bolsonaro.



## Sindiagua realiza campanha contra a privatização na grande mídia e internet

O Sindiagua segue em plena campanha contra a ameaça da privatização da água. A entidade lançou uma peça publicitária nas rádios de Fortaleza e do Estado, alertando a população para os riscos da privatização da água. A peça convocava a sociedade a pressionar os parlamentares do Congresso Nacional para rejeitarem a tentativa de privatização da água. Além de investir na rádio, também foram patrocinadas peças nas redes sociais e distribuídas peças gráficas em eventos e atos realizados na cidade. Essa iniciativa continuará por mais algum tempo, já que a ameaça da privatização segue no Congresso Nacional.

Além das peças patrocinadas, o Sindiagua conseguiu inserir o risco da privatização na pauta jornalística dos veículos de comunicação do Estado, convocando a imprensa para cobrir os muitos atos contra a privatização. Ao longo das últimas semanas, foram dadas várias entrevistas para rádios, jornais impressos e TVs.



## Pressione os(as) deputados(as) federais a rejeitarem o projeto de lei da privatização!



O Senado votou a favor do PL 3261/2019 do Senador privatista Tasso Jereissati que pretende privatizar a água. A proposta é uma cópia da Medida Provisória 868 e foi votada a toque de caixa, sem qualquer discussão com a sociedade, poucos dias após a MP perder sua validade. Mas a luta contra a privatização da não acabou e deve continuar firme! A propositura segue agora para discussão e votação na Câmara dos Deputados. O momento é de pressionar os deputados e deputadas federais! Em nosso site ([www.sindiagua.org.br](http://www.sindiagua.org.br)) disponibilizamos os endereços das redes sociais, dos gabinetes e os telefones dos mandatos. Vamos à luta! Água não é mercadoria! Água é direito de todos!

**LINK PARA ACESSAR A LISTA DE CONTATOS E REDES SOCIAIS DOS DEPUTADOS FEDERAIS:** <https://bit.ly/2HYLHsF>

## Presidente do Sindiagua rebateu Tasso em artigo contra MP 868 publicado no jornal O Povo

O Jornal O Povo publicou no dia 16/05 um artigo assinado pelo presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, que fez um alerta à população sobre os riscos da Medida Provisória (MP) 868, que foi substituída pelo Projeto de Lei 3.261/2019. O texto teve o objetivo de fazer um contraponto ao senador Tasso Jereissati (PSDB) que, na semana anterior, havia publicado artigo no mesmo jornal defendendo a aprovação da MP. Tasso foi relator da Medida e é autor do PL 3.261. Em seu texto, Jadson convocou a sociedade a pressionar os parlamentares do Congresso Nacional a rejeitarem a MP 868, lembrando que as experiências de privatizações do mundo resultarem em graves prejuízos às populações. A Medida não chegou a ser votada e perdeu efeito, mas a luta continua agora contra o PL apresentado por Tasso em substituição à MP. Confira o artigo do presidente do Sindiagua:

### Por um futuro melhor para quem?

A eleição de Bolsonaro não deu ao Brasil somente um governo envolvido em trapalhadas e posições polêmicas (muitas vezes próximas ao bizarro). Estamos vivendo os riscos de uma guinada ultraliberal que exige vigilância. Entre as ameaças, está a sede pela privatização da água, materializada na Medida Provisória 868, que altera o marco legal do saneamento.

A Medida, repleta de inseguranças jurídicas, tem objetivo claro: violar a titularidade do saneamento (de responsabilidade pública), entregando-o de vez ao mercado privado. Ao inviabilizar as companhias estaduais, coloca-se em risco, por exemplo, o mecanismo solidário do subsídio cruzado que garante que o valor arrecadado com as tarifas das cidades ricas para viabilizem o abastecimento nas regiões pobres.

A MP encontrou um simbólico aliado como relator: o senador Tasso Jereissati (PSDB). Com largo currículo privatista, quando governador,

### Por um futuro melhor para quem?



**Jadson Sarto**  
coordgeral@sindiagua.org.br  
Presidente do Sindicato  
dos Trabalhadores em  
Água, Esgoto e Meio  
Ambiente do Ceará  
(Sindiagua)

A eleição de Bolsonaro não deu ao Brasil somente um governo envolvido em trapalhadas e posições polêmicas (muitas vezes próximas ao bizarro). Estamos vivendo os riscos de uma guinada ultraliberal que exige vigilância. Entre as ameaças, está a sede pela privatização da água, materializada na Medida Provisória 868, que altera o marco legal do saneamento. A Medida, repleta de inseguranças jurídicas, tem objetivo claro: violar a titularidade do saneamento (de responsabilidade pública), entregando-o de vez ao mercado privado. Ao inviabilizar as companhias estaduais, coloca-se em risco, por exemplo, o mecanismo solidário

do subsídio cruzado que garante que o valor arrecadado com as tarifas das cidades ricas para viabilizem o abastecimento nas regiões pobres. A MP encontrou um simbólico aliado como relator: o senador Tasso Jereissati (PSDB). Com largo currículo privatista, quando governador, Tasso tentou privatizar a água. Na época, os técnicos da Cagece, juntamente com o Sindiagua e o apoio da população, comprovaram o quão insustentável era a ideia. Em artigo intitulado "Por um futuro melhor" publicado no **O POVO**, o senador defendeu a MP e seu parecer favorável, aprovado em comissão mista do Congresso Nacional, após uma votação apertada (a matéria segue em tramitação). O senador afirmou que se baseou em critérios técnicos (e não ideológicos) para formulá-lo.

No entanto, foram critérios técnicos que fizeram com que mais de 260 cidades do mundo voltassem atrás em suas privatizações, após resultados desastrosos. Em Paris, Berlim, Buenos Aires, Atlanta e tantas outras cidades, a gestão privada trouxe aumentos exorbitantes de tarifas, maior desigualdade no acesso à água e esgoto, demissões e muitos outros malefícios, comprovando que a privatização e as PPPs da água são um péssimo negócio. O "futuro" defendido pelo senador mostra-se melhor somente para os grandes empresários. Bem essencial à vida, a água não pode ficar nas mãos de interesses privados. Por isso, convocamos a população a pressionar os parlamentares para rejeitarem essa medida. Já vencemos outras vezes essa batalha. Podemos vencer novamente. ■

*Tasso tentou privatizar a água. Na época, os técnicos da Cagece, juntamente com o Sindiagua e o apoio da população, comprovaram o quão insustentável era a ideia.*

*Em artigo intitulado "Por um futuro melhor" publicado no O POVO, o senador defendeu a MP e seu parecer favorável, aprovado em comissão mista do Congresso Nacional, após uma votação apertada (a matéria segue em tramitação). O senador afirmou que se baseou em critérios técnicos (e não ideológicos) para formulá-lo. No entanto, foram critérios técnicos que fizeram com que mais de 260 cidades do mundo voltassem atrás em suas privatizações, após resultados desastrosos. Em Paris, Berlim, Buenos Aires, Atlanta e tantas outras cidades, a gestão privada trouxe aumentos exorbitantes de tarifas, maior desigualdade no acesso à água e esgoto, demissões e muitos outros malefícios, comprovando que a privatização e as PPPs da água são um péssimo negócio. O "futuro" defendido pelo senador mostra-se melhor somente para os grandes empresários.*

*Bem essencial à vida, a água não pode ficar nas mãos de interesses privados. Por isso, convocamos a população a pressionar os parlamentares para rejeitarem essa medida. Já vencemos outras vezes essa batalha. Podemos vencer novamente.*

## Campanhas salariais em curso

Além da luta contra a privatização da água, a direção do Sindiagua segue conduzindo as campanhas salariais da categoria. Devido às recentes mobilizações contra a Medida Provisória 869 e a privatização da água, o início das negociações da Cagece e da Cogerh sofreram um atraso. O Sindiagua, mesmo assim, não deixou de cobrar uma data para o início das reuniões e aguarda uma

definição da Cagece.

A direção da Cogerh também ainda não apresentou uma data para o começo das negociações. A pauta de reivindicações da categoria foi protocolada, após aprovação em assembleia realizada no dia 17 de maio. Já em relação aos SAAEs, algumas campanhas foram finalizadas, a exemplo de Morada Nova, Iguatu e na SAAEC Crato.

### Vitória na justiça: trabalhadores do SAAE de Granja receberão licença-prêmio

A Justiça decidiu, a partir de ação ingressada pela assessoria jurídica (dedicada às questões do interior) do Sindiagua, que a Prefeitura de Granja deve pagar a licença-prêmio, que havia sido negada pela gestão municipal a um grupo de trabalhadores do SAAE local. Com a vitória, a sentença judicial deve ser executada, o que garantirá o benefício aos trabalhadores, que corresponde a três meses de licença a cada cinco anos de trabalho. A direção do Sindiagua informa que essa sentença será usada como jurisprudência para casos semelhantes em outros SAAEs.



## Engenheiros da Cagece são reintegrados pela Justiça do Trabalho.

A 14ª Vara da Justiça do Trabalho decidiu pela reintegração dos quatro engenheiros da Cagece que haviam sido demitidos há aproximadamente quatro meses. A decisão se deu em processo ajuizado com a assistência jurídica do Sindiagua. A direção do Sindicato acompanhou pessoalmente a volta dos engenheiros ao trabalho, na sede da Companhia, no último dia 5/6.

“Está sendo feito Justiça! Acompanhamos o caso, desde o início, ainda quando foi instaurado um processo administrativo, na Cagece. A finalidade foi a de garantir a defesa dos trabalhadores”, afirmou Jadson Sarto, presidente do



Sindiagua. O processo da demissão dos Engenheiros ainda segue em tramitação e o Sindiagua está confiante de que a Justiça prevalecerá.



A entidade seguirá sempre firme em seu propósito de defender a categoria e combater injustiças que possam ser cometidas contra qualquer trabalhador(a).

## Sindiagua prepara ação para buscar correção do FGTS. Trabalhadores(as) devem apresentar documentos.

A direção do Sindiagua, através da suas assessorias jurídica e econômica, está preparando um conjunto de ações judiciais individuais com o intuito de conseguir a substituição da taxa de correção do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos trabalhadores(as). Os reajustes estavam sendo calculados pela TR (Taxa referencial + 3%). A demanda judicial é para trocar pelo índice inflacionário (INPC) + 3%.

Para preparar as ações, o Sindiagua contratou uma equipe que está realizando os cálculos de cada trabalhador(a) que estão sendo feitos por ordem alfabética do nome. Até o fechamento desta edição do jornal, os cálculos estavam na letra “E”. O prazo para entrega dos cálculos é a até o final de



julho de 2019. Já a assessoria jurídica deverá ajuizar as ações até o final de novembro.

Os trabalhadores interessados(as) em ingressar com a ação precisam entregar no Sindiagua o extrato analítico do FGTS a partir do ano de 1992, cópia do CPF, RG e comprovante de residência. Esses documentos devem estar no Sindiagua no máximo até meados de julho.

Concluídos os cálculos, o trabalhador precisa assinar a procuração para o Sindiagua ingressar com a ação. Trabalhadores(a) com nome iniciado com as letras de “A” à “E” já podem comparecer na entidade com a maior brevidade possível para assinar as procurações e verificar seus cálculos.

### NOTA DE PESAR

A direção do Sindiagua manifesta pesar pelo falecimento do Sr. Tomé Gomes Neto, pai do companheiro Tomé Gomes Júnior (Cagece Itapipoca); do Sr. Paulo Leite de Oliveira, pai do companheiro Elias de Brito Leite de Oliveira (UNMTO); e da Sra. Maria Eunice Maia Silva, mãe da companheira aposentada sindicalizada Maria Lucilene Maia Silva.